



Restrições a novos partidos políticos seguem para sanção

Projeto aprovado ontem pelo Senado dificulta acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de propaganda eleitoral em rádio e TV

Com o objetivo de valorizar conteúdos programáticos e conter “partidos de aluguel”, o Senado aprovou ontem proposta que evita o troca-troca partidário e inibe a criação de legendas.

Presidente do Senado, Renan Calheiros disse que era preciso dar um basta, porque o número atual de 32 partidos extrapolou qualquer expectativa. **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em Plenário, líderes condenam o “leilão” de novas legendas, lembrando que o Fundo Partidário e a propaganda em rádio e TV envolvem uso de dinheiro público

Genaldino Magela/Agência Senado



Lindbergh Farias (C) conduz a audiência da Comissão de Assuntos Econômicos que tratou da guerra fiscal entre estados

Para estados, incentivo com ICMS será oficializado

Em audiência, representantes dos estados disseram que os incentivos fiscais concedidos pelos governos sem a unanimidade do Confaz, para atrair empresas na chamada guerra fiscal, estão perto de ser convalidados pelo conselho. **4**

Acre voltará a ter fuso horário de duas horas a menos 8

Transparência e economia devem pautar governança, diz Renan 5

Aprovado repasse de R\$ 1,5 bilhão para serviço público municipal

Aprovada ontem em Plenário, a Medida Provisória 624/2013, que destina R\$ 1,5 bilhão para os municípios melhorarem os serviços públicos, vai à sanção presidencial. A proposta também prevê R\$ 148 milhões para produtores de cana do Nordeste. O repasse foi prometido pela presidente Dilma Rousseff aos prefeitos em julho. **5**



Pedro Franco/Agência Senado

Uma das jovens senadoras do ano passado, Brenna Oliveira, do DF, representou os estudantes na cerimônia e disse ter aprendido muito ao participar do projeto

Concurso de Redação já tem vencedores

Foram anunciados ontem os vencedores do 6º Concurso de Redação do Projeto Jovem Senador. Aline da Conceição

Andrade, 17 anos, de Cruzeiro do Sul (AC), foi a primeira colocada. Estudantes virão a Brasília em novembro. **7**

Senado recebe 110 mil assinaturas pedindo mais rigor do Código Penal 8

Avançam regras sobre organizações da sociedade civil 2

Empresário critica aposentadoria especial; sindicato pede aprovação 6

Proposta aprovada ontem em comissão tem regras para parcerias propostas pelo poder público e pelas organizações da sociedade civil. Entidades de parlamentares não poderão fechar contratos

Gerardo Muga/Agência Senado



Substitutivo de Rollemberg recebeu apoio de Jorge Viana, para quem a lei será bem recebida pelas entidades sérias

Avançam normas para relação com organizações

PROJETO QUE CRIA normas para a relação do poder público com organizações da sociedade civil foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A proposta — substitutivo de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) a projeto (PLS 649/2011) de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) — segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, depois, para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Jorge Viana (PT-AC) disse que a falta de uma legislação específica resultou em desvios, com criação de organizações para beneficiar amigos e parentes. Ele considera que a nova lei será bem recebida por todas as entidades sérias.

O substitutivo tem regras para dois tipos de “acordos de vontades”: o termo de

colaboração e o de fomento. O primeiro formaliza parcerias propostas pelo poder público e o segundo prevê parcerias propostas pelas organizações. Para ambos, haverá seleção por chamamento público, com isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa.

Pelo texto, não haverá mais convênio entre Estado e organizações da sociedade civil. Segundo Rollemberg, a inovação dá mais liberdade, mas aumenta a responsabilidade das entidades na contratação.

O substitutivo cria o Procedimento de Iniciativa Popular, pelo qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas para chamamento público visando à celebração de termo de colaboração ou de fomento.

Estarão impedidas de fazer parceria com órgãos públicos organizações que tiverem como dirigente parlamentar ou integrante do Ministério Público, dirigente de órgão da administração pública, cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau. Também estarão proibidas entidades que tiverem contas rejeitadas nos últimos cinco anos.

As parcerias deverão ser monitoradas por órgãos de controle e por gestor, ou pelos conselhos de políticas públicas. Para parcerias com vigência superior a um ano, o projeto recomenda pesquisa de satisfação.

Para organizações com irregularidades comprovadas, estão previstas sanções que vão de advertência a suspensão da participação em chamamento público e impedimento de celebrar novos contratos.

Viana apoia novas regras para entidades da sociedade civil

Jorge Viana (PT-AC) citou a importância da aprovação pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) da proposta que normatiza a relação entre o poder público e as organizações da sociedade civil que tenham objetivos de interesse público. Ele cumprimentou Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), autor do substitutivo ao projeto original (PLS 649/2011), de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), por ter incorporado grande parte do trabalho de uma comissão interministerial da Secretaria-Geral da Presidência.

— O nosso Parlamento está criando uma legislação para as entidades da sociedade civil. A partir da aprovação desse projeto, haverá critérios, regras muito claras — disse Jorge Viana.

Suplicy condena violência em protestos e faz apelo a manifestantes



Waldemir Borretto/Agência Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou ontem o grau de violência que está caracterizando muitas das

manifestações públicas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e apelou aos manifestantes para que não usem máscaras e não depredem prédios públicos, privados ou qualquer equipamento urbano.

— É totalmente condenável que os responsáveis pela segurança pública estejam agindo com violência injustificável. Mas, por outro lado, os atos de destruição de objetos, de prédios públicos, de estações do metrô, de bancas de jornal, explosões de automóveis, incêndios de ônibus significam sérios prejuízos à própria população — destacou.

Randolfe protesta contra locaute no transporte em Macapá



Waldemir Borretto/Agência Senado

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) criticou com veemência ontem em Plenário os empresários do setor de

transporte coletivo de Macapá. Segundo o senador, por volta das 2h do último domingo, os donos das empresas de ônibus que atendem a população da capital suspenderam o serviço, sem aviso prévio às autoridades municipais, deixando mais de 15 mil pessoas que participavam de feira agropecuária em Macapá sem transporte.

Para Randolfe, o ato pode ser classificado como locaute. Ele disse que a atitude dos empresários teve sentido claro de retaliação em razão de a Prefeitura de Macapá ter anunciado que deverá realizar licitação pública para o setor de transporte coletivo.

Defeito em sistema de energia deixa site institucional fora do ar

A rede de computadores do Senado ficou fora do ar por algumas horas ontem. Os sistemas de processamento de rede e de armazenamento de dados e equipamentos responsáveis pela intranet, pela

internet e pelo e-mail foram desligados para substituição de um disjuntor do sistema de energia do *data center*, que apresentou defeito. Os equipamentos foram religados à tarde.

Renan lança novo sistema para controle de patrimônio do Senado

Será lançado amanhã o Sistema de Patrimônio e Almojarifado do Senado, que é uma das metas do semestre no plano de economia da Casa. O sistema vai permitir

o controle do patrimônio por radiofrequência. Com isso, um operador pode fazer o inventário e detectar imediatamente a falta de algum bem ou se ele está fora de lugar.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Novos municípios

14h Entre os itens da pauta da sessão deliberativa, substitutivo a projeto que estabelece regras para criar municípios.

PRESIDÊNCIA 25 anos da Constituição

10h Renan Calheiros participa de homenagem aos 25 anos da Constituição e outorga da Medalha Assembleia Nacional Constituinte, na Câmara; às 10h30, seminário das pessoas com deficiência; às 15h, sanção da MP 615; às 16h, ordem do dia.

CI Gestão da telecomunicação

7h30 A comissão debate o gerenciamento das telecomunicações, parte do ciclo sobre investimento e logística. Após a audiência, análise de projeto que reduz imposto sobre sistemas de energia solar.

CAS Mudança na Lei Pelé

9h A comissão analisa a proposta que altera a Lei Pelé para dar mais transparência ao contrato de trabalho desportivo e a que institui a Lei de Migração e regula a entrada e a estada de estrangeiros.

CDR/CRE Segurança na fronteira

9h Audiência pública conjunta das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Relações Exteriores e Defesa Nacional debate segurança pública, contrabando e tráfico de drogas e armas na divisa com Paraguai e Bolívia.

CCJ Orçamento impositivo

10h Na pauta de votação da comissão está, entre outros, a PEC do Orçamento Impositivo. A proposta torna obrigatória a liberação de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

CE Debate sobre universidade

10h Os problemas enfrentados pela Universidade Gama Filho e pelo Centro Universitário da Cidade serão temas de audiência pública na comissão.

SEMINÁRIO Pessoa com deficiência

10h Seminário Nacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, iniciativa das Presidências do Senado e da Câmara, será realizado no Interlegis.

ESPIONAGEM Jornalista será ouvido

14h Comissão ouve o jornalista britânico Glenn Greenwald e o companheiro dele, David Miranda, sobre denúncias de espionagem dos Estados Unidos no Brasil.

CMO Diretrizes para 2014

14h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento para análise do relatório final do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Plenário 2 da Câmara.

SEGURANÇA Plano de trabalho

15h Apresentação do plano de trabalho da comissão que propõe soluções para o financiamento da segurança pública.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, audiência pública da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; e, na sequência, audiência pública conjunta das **Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Segue para sanção projeto que dificulta acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de propaganda eleitoral em rádio e TV. O país tem hoje 32 legendas, número considerado excessivo

Senado aprova restrições a novos partidos políticos

APÓS QUASE SEIS meses, o Senado aprovou ontem o projeto que dificulta o acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de propaganda eleitoral em rádio e TV. A tramitação do PLC 14/2013 havia sido suspensa pelo Supremo Tribunal Federal entre abril e junho e a polêmica continuou porque atribuiu-se ao projeto um caráter casuístico, pois teria a intenção de dificultar a candidatura da ex-senadora Marina Silva à Presidência da República. Agora, o texto vai a sanção.

— Nós fomos vítimas da ligeireza das interpretações — afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), explicou que a intenção é evitar que mudanças de partido alterem a distribuição do Fundo Partidário e do tempo de rádio e TV.

Atualmente, 5% do Fundo Partidário são divididos igualmente entre todos as legendas com estatutos registrados no TSE. O restante, 95%, é distribuído na proporção dos votos obtidos na última eleição para a Câmara. O novo texto deixa claro que não serão consideradas mudanças de partido após a eleição.

Quando à propaganda em rádio e TV, o projeto reduz o tempo de novos partidos. Hoje, eles têm direito à divisão igualitária de um terço do tempo. O restante é distribuído proporcionalmente ao número de deputados federais. Para ter direito ao tempo de TV, os partidos precisam ter candidato e representação na Câmara. Isso cai com a mudança: todos os partidos com candidatos terão acesso ao tempo.

Apesar disso, em vez de

participar igualmente na divisão de um terço do tempo, os novos partidos terão a chance de participar da divisão de um terço disso (equivalente a um nono do total). Assim como na distribuição do Fundo Partidário, as mudanças de partido não serão consideradas no cálculo.

As restrições não valem para o caso de fusão ou incorporação de partidos. Nessas situações, devem ser somados os votos das legendas para a definição dos recursos e do tempo de propaganda em rádio e TV. Com as recentes criações do Pros e do Solidariedade, o Brasil chegou a 32 partidos registrados oficialmente.

— O quadro partidário extrapolou qualquer expectativa e é importante, do ponto de vista do Congresso, que possamos dar um basta — disse Renan.

Líderes criticam falta de conteúdo programático nas legendas

O projeto recebeu o apoio da maioria dos líderes partidários. Alguns lembraram a criação recente dos partidos Pros e Solidariedade e criticaram a falta de conteúdo programático de parte das 32 legendas existentes.

— O presidente de um dos novos partidos até disse: “Este partido está criado para receber quem quiser vir”. Partido para receber quem quiser vir, sem formulação programática, eu acho que é um elemento desmerecedor do processo político brasileiro — disse o líder do DEM, José Agripino (RN).

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), criticou a ida de parlamentares para novos partidos por motivos alheios à identidade com os programas. Na opinião dele, o projeto vai evitar que

as legendas sejam tratadas como negócios.

— Apoio o projeto, para que não vejamos se repetir esse tipo de leilão que nós acabamos de assistir nas últimas semanas envolvendo a criação de novos partidos — disse o senador.

Humberto Costa (PT-PE) criticou o que chamou de venda do tempo de rádio e televisão e pediu o fim das “legendas de aluguel”.

Os líderes do PT, Wellington Dias (PI), do PMDB, Eunício Oliveira (CE), e do PCdoB, Inácio Arruda (CE), ressaltaram como ponto positivo do texto o respeito à vontade dos eleitores. Eunício lembrou que o Fundo Partidário é dinheiro público, assim como o tempo de propaganda em rádio e TV, que envolve renúncia fiscal.

Rodrigo Rollemberg alerta para inconstitucionalidades do texto

Maior opositor da medida e autor do mandado de segurança que paralisou a tramitação, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse reconhecer uma boa intenção, mas alertou para inconstitucionalidades. Para ele, as mudanças não poderiam entrar em vigor imediatamente, mas somente daqui a um ano, após a eleição de 2014.

Para Benedito de Lira (PP-AL), dificultar o acesso ao

tempo de TV e ao Fundo Partidário é negar algo que já aconteceu. Ele chegou a pedir a retirada de pauta.

Já Pedro Simon (PMDB-RS) criticou a pressa na votação do projeto.

— O normal seria que o projeto fosse devolvido para uma comissão para ser estudado com outro olhar, outra expectativa, não com o retrovisor, mas olhando para frente — afirmou.



Aloysio Nunes, relator, explica que o objetivo é evitar mudanças no Fundo Partidário derivadas de troca de partidos

Kátia Abreu comunica ingresso no PMDB

Kátia Abreu (TO) informou oficialmente a saída do PSD para integrar o PMDB. O comunicado da transferência partidária da senadora foi lido ontem em Plenário.

A parlamentar estava no Partido Social Democrático desde 2011, tendo sido uma das fundadoras da legenda ao lado do ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab. Antes disso, Kátia Abreu era filiada ao DEM.

Com a mudança, o PSD fica com apenas um senador: Sérgio Petecão, do Acre. Já o PMDB passa a contar com 21 representantes.

O prazo para a troca partidária a tempo de concorrer nas eleições do próximo ano terminou no sábado. Desde 24 de setembro, quando foram criados 2 novos partidos políticos (Solidariedade e Pros), 55 deputados comunicaram oficialmente à Câmara mudança de legenda.

Outros deputados também informaram haver trocado de partido, mas ainda não há registro oficial. O partido que mais receberá parlamentares, se forem confirmadas todas as trocas, será o Solidariedade, com 23 deputados. Em segundo lugar ficará o Pros, com 16. Em seguida, PP (4), PSB (3), PR (2) e PRB (2). (Com Agência Câmara)



Com Kátia Abreu, o PMDB passa a ter 21 senadores

Simon elogia candidatos e espera debate de alto nível

Pedro Simon (PMDB-RS) salientou ontem a importância da eleição de 2014, na qual espera uma campanha de alto nível, e exaltou as qualidades dos principais candidatos — Dilma Rousseff, Aécio Neves e Eduardo Campos. Ele defendeu a aprovação da cláusula de barreira, mas classificou como boicote a recusa ao registro da Rede Sustentabilidade.

O senador sublinhou que o mesmo governo que estimulou a criação do PSD, em 2011, agiu contra o projeto de Marina Silva — que, para ele, representa um movimento “da maior seriedade” e com “embasamento moral, social e popular”. Ele avalia que a Justiça Eleitoral não usou para todos os mesmos critérios de verificação de denúncias de fraudes.

— Em São Bernardo do Campo, berço do PT, oitenta e tantos por cento das assinaturas foram impugnadas, sem que se dissesse por quê.

Simon destacou o “espírito público espetacular” do acordo entre Marina e Campos por representar algo novo. Ele criticou a proliferação de partidos, sem cláusula de barreira.

— Para ir à televisão, ganhar dinheiro do fundo eleitoral, vir ao Congresso, tem que ter voto. Aqui não é assim. Aqui é absolutamente o contrário — protestou.



Simon considera boicote a recusa ao registro da Rede

Político precisa entender protestos, afirma Cristovam

Ao se referir às últimas manifestações envolvendo os professores em greve no Rio de Janeiro, Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que os políticos não estão entendendo o que ocorre no país e precisam escutar o que a população tem a dizer.

O senador sugeriu que a Casa realize audiências com os manifestantes, inclusive com os acusados de causar depredação. Além disso, propôs que a presidente Dilma Rousseff se reúna com líderes do governo e da oposição para debater os rumos do Brasil.

Ele classificou os manifestantes entre “os desiludidos”, que são os professores frustrados por promessas não cumpridas, e “os desesperados”, que já não acreditam em nada e promovem o quebra-quebra.

— Aqueles que querem mudar, os desiludidos, encontram-se com aqueles que querem quebrar, os desesperados. E o risco do que pode vir a acontecer, na medida em que isso vá se generalizando, é muito grave — alertou.

As manifestações, acrescentou, impedem o trabalhador de voltar para casa ou de sacar dinheiro, porque o banco foi depredado.

— Não vejo outra maneira. Além de entender a coisa, é começar um grande diálogo por uma reordenação do tecido social.



Cristovam pede diálogo para “reordenação do tecido social”

Para Ministério da Fazenda, benefícios generalizados reduziram poder de atração dos incentivos com ICMS. Senador diz que ação favoreceu industrialização de estados

Genildo Magalhães/Agência Senado



Lindbergh (C) coordena audiência pública sobre o ICMS com secretários da Fazenda e representantes do governo federal

Com guerra fiscal, estados abrem mão de R\$ 55 bi anuais

NA GUERRA FISCAL, os estados abrem mão de uma receita anual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que varia de R\$ 52,8 bilhões, pelas contas do secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, a R\$ 55 bilhões, conforme a estimativa do secretário-executivo interino do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira.

O poder da guerra fiscal para atrair investimentos foi anulado no momento em que todos os estados passaram a praticá-la, na avaliação de Oliveira, que também é presidente interino do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Esse, porém, não foi o entendimento de Blairo Maggi (PR-MT) na audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O senador disse que Mato Grosso estaria exportando apenas commodities sem industrialização se não tivesse aprovado incentivos para atração de investimentos.

Blairo questionou o secretário de São Paulo, que apontou perdas para o estado. Segundo o senador, os equipamentos usados pelas indústrias atraídas por Mato Grosso foram vendidos por São Paulo, com o recolhimento dos impostos pelo governo paulista.

O secretário-executivo interino da Fazenda disse que o governo federal oferece vários instrumentos de desenvolvimento regional, como os fundos constitucionais de desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Oliveira voltou a defender os instrumentos previstos na Medida Provisória 599/2012, como os Fundos de Compensação de Receitas (FCR) e de Desenvolvimento Regional (FDR). Juntando os dois fundos, segundo ele, a União estaria aplicando R\$ 450 bilhões nos estados em 20 anos. Esses instrumentos caíram com a perda de eficácia da MP 599/2012.

Senadores querem prioridade nas dívidas de estados e municípios

A troca do indexador das dívidas de estados e municípios foi discutida em Plenário ontem, com senadores pedindo prioridade também na Câmara para obter o fim da guerra fiscal e a consolidação do pacto federativo. Pelo Projeto de Lei Complementar 238/2013, estados e municípios poderão pagar menos encargos com a troca do IGP-DI para o IPCA e a redução dos juros fixos de 6% a 9% para 4% ao ano. A proposta será votada hoje na Câmara, para em seguida ser enviada ao Senado.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Eduardo Braga (PMDB-AM) enfatizaram a necessidade da regulamentação do comércio eletrônico. São R\$ 30 bilhões de ICMS que ficam apenas com o estado de origem, lembrou Braga, destacando

que 99% das operações acontecem a partir de São Paulo.

— Não adianta votar só o indexador, é preciso votar os demais itens, entre eles o ICMS interestadual. Mas o não presencial, do comércio eletrônico, precisa ser compartilhado com as unidades federativas — disse Braga.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que já conversou com o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, sobre a importância da proposta. Renan elogiou a negociação entre líderes para o calendário que possibilita a aprovação das propostas do pacto federativo e apontou a necessidade de a Câmara votar, paralelamente, a partilha do comércio eletrônico.

— É uma oportunidade para que nós possamos avançar.

Grupo identificará em 15 dias soluções para o pacto federativo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) instituiu ontem um grupo de trabalho composto por quatro senadores para identificar projetos com repercussão no pacto federativo que estão em tramitação na Casa e acelerar o exame deles.

O grupo, presidido por Luiz Henrique (PMDB-SC), autor de requerimento, será composto ainda por Francisco Dornelles (PP-RJ), Armando Monteiro (PTB-PE) e Delcídio do Amaral (PT-MS).

Luiz Henrique cobrou urgência do Senado na votação das propostas e sugeriu prazo de 15 dias para atuação do grupo de trabalho, aceito pelo Plenário da comissão. O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), destacou a importância da iniciativa e pediu a Armando Monteiro que apresente, na próxima reunião da comissão, o relatório sobre o Projeto de Lei do Senado 106/2013 — Complementar, de autoria de Paulo Bauer (PMDB-SC).

A proposta é semelhante à Medida Provisória 599/2012, que previa a criação de dois fundos em benefício dos estados — um de compensação de receitas e outro de



Luiz Henrique presidirá o grupo de trabalho sobre pacto federativo

desenvolvimento regional.

O objetivo da MP, que acabou perdendo validade, era compensar os estados pela perda de receitas decorrente da redução das alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), prevista no Projeto de Resolução 1/2013, aprovado pela CAE.

A Comissão Senado do Futuro aprovou também ontem requerimento de Cristovam Buarque (PDT-DF), relator do colegiado, para a realização de uma audiência pública sobre a importância do pacto federativo para o aumento da eficiência da economia e a redução das desigualdades regionais e sociais.

A audiência está agendada para 17 de outubro, às 8h30.

Mozarildo volta a pedir votação de regras para criação de municípios

Em discurso ontem, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a pedir a votação do projeto de autoria dele que estabelece nova legislação para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. De acordo com a proposta, essas ações dependeriam de elaboração de estudo de viabilidade municipal e de plebiscito junto às populações das localidades envolvidas.

O senador reclamou que a proposta tramita no Congresso há 11 anos e que as críticas a ela são infundadas, já que regulamenta dispositivo constitucional. Mozarildo afirmou que o projeto não facilitará a proliferação de novos municípios, mas sim moralizará o procedimento.



Mozarildo afirma que a proposta moraliza criação de novos municípios



Braga: é preciso votar o indexador e itens como o ICMS interestadual



Ferraço enfatiza necessidade de regulamentar o comércio eletrônico

Municípios terão R\$ 1,5 bi para melhorar serviços

Crédito extraordinário aprovado ontem pelo Senado faz parte de promessa assumida por Dilma em julho, na marcha dos prefeitos. Texto também garante R\$ 148 milhões para produtores de cana do Nordeste

SEGUE PARA SANÇÃO a Medida Provisória (MP) 624/2013, aprovada ontem pelo Plenário do Senado, que abre crédito extraordinário de R\$ 1,5 bilhão para os municípios melhorarem os serviços públicos. O texto não explicita em quais áreas serão aplicados os recursos.

A MP abre outro crédito extraordinário, de R\$ 148 milhões, para subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar do Nordeste. O texto foi aprovado sem alterações pela Câmara e os senadores recusaram as seis emendas apresentadas. O relator, Wilder Moraes (DEM-GO), também recomendou a aprovação sem as emendas.

O rateio dos valores para cada prefeitura será feito conforme os coeficientes individuais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), definidos anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O repasse aos municípios faz parte de promessa da presidente da República, Dilma Rousseff, durante a última marcha dos prefeitos a Brasília, em julho.

Dificuldades

“Com o crescimento da economia ainda em ritmo de recuperação, muitos municípios enfrentam dificuldades para dar continuidade aos avanços na melhoria dos serviços públicos, o que torna essencial

e urgente a atuação da União por meio da transferência de recursos”, afirmou a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, na exposição de motivos enviada à presidente da República para defender a edição da MP.

A ajuda aos produtores de cana-de-açúcar nordestinos é justificada pela ministra pela necessidade de minimizar as perdas na lavoura provocadas pela estiagem que atingiu a safra 2011-2012.

A aplicação do R\$ 1,5 bilhão pelos municípios ficará sob supervisão do Ministério da Fazenda, enquanto o uso dos R\$ 148 milhões para os produtores de cana atingidos pela seca será fiscalizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O crédito extraordinário para os sucroalcooleiros atende o que foi estipulado pela MP 615/2013.

Com o objetivo de viabilizar o aporte desse dinheiro para os municípios, o governo cortou despesas reservadas no Orçamento deste ano para compensar o déficit nas contas da Previdência Social.

(Com Agência Câmara)



No evento, Lewandowski, Gleisi, Nardes, Renan e o deputado Simão Sessim

Governança pública deve se pautar pela economia, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que uma boa governança pública deve passar pela efetivação dos princípios democráticos da soberania popular, da transparência e da economicidade. A afirmação foi feita durante o lançamento de um estudo internacional sobre boas práticas em governança pública, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Renan lembrou que, logo que assumiu a Presidência do Senado, deu início a uma reforma administrativa na instituição com o intuito de diminuir as despesas e otimizar os recursos. Segundo ele, serão economizados mais de R\$ 30 milhões no período 2013-2014 por meio da fusão, da exclusão e do reposicionamento das estruturas administrativas da Casa.

— Essas economias representam apenas o início de um processo de redução de gastos do Senado — disse.

Renan afirmou que “o Senado é talvez a instituição pública mais transparente do país, já que todas as informações da Casa estão disponíveis no Portal da Transparência”.

O presidente do TCU, ministro João Augusto Nardes, destacou a importância da presença de representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário na cerimônia, já que, assinalou, o TCU busca, com o estudo, uma melhoria da governança pública nas três esferas do Poder.

Também estiveram presentes no lançamento, entre outras autoridades, o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, e a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Aloysio Nunes critica ministra pelo uso de aeronave do Samu

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou a ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) pelo uso de um helicóptero da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina no último fim de semana, conforme denúncia da imprensa. A prioridade do uso da aeronave é atender vítimas de acidentes, em parceria com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

— O mau uso de aeronaves derruba reputações de políticos — alertou o senador.

O fato, disse, causou “profundo constrangimento” à bancada do PSDB, ao Senado e a todos que zelam pelas coisas públicas. Aloysio disse que já existe uma iniciativa na Câmara para que a Comissão de Ética da Presidência apure o ocorrido. Ele apresentou requerimento para a ministra dar explicações à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

— Parece que a ministra desconhece a finalidade dessa aeronave. É para atender os acidentes ou para atender os interesses da ministra?



Mário Couto critica Ideli: “Andava com a gente dizendo que era séria”

Couto afirma que Ideli errou ao usar helicóptero médico

Mário Couto (PSDB-PA) disse ter ficado surpreendido com a denúncia de que a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, estaria usando um helicóptero-ambulância da Polícia Rodoviária Federal para visitas a Santa Catarina.

— Ideli, aquela companheira que andava com a gente, dizendo que era séria... Até tu, Ideli? — indagou.

Ele disse que jamais imaginou que a ministra pudesse utilizar um helicóptero médico para fazer política, deixando as pessoas acidentadas sem atendimento.

Pedro Simon (PMDB-RS) disse ter ficado “mais triste ainda” com a justificativa dada pela ministra. Segundo ela, todos os ministros fazem a mesma coisa.



Relator da medida provisória, Wilder Moraes recomendou aprovação sem emendas

Alterações adiam votação da PEC do Orçamento Impositivo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou, mais uma vez, a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 22A/2000, que torna obrigatória a liberação de emendas parlamentares ao Orçamento da União e cria uma fonte permanente de financiamento para a saúde pública. Com o adiamento de ontem, a PEC deve ser votada na manhã de hoje, como primeiro item da pauta.

O adiamento se deu em razão de alterações feitas pelo relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), que levaram à concessão de vista coletiva aos senadores. Entre as alterações, está a previsão de que os valores das emendas repassadas a estados e municípios não serão contabilizados na receita corrente líquida (RCL). Segundo o senador, a mudança evitará o aumento de gastos desses entes, como as transferências para outros Poderes.

Além disso, Braga retirou do texto a previsão de que a liberação das emendas dependeria da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Casildo reitera pedido de fórum catarinense para duplicar BR-262

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem as reivindicações resultantes do Fórum Parlamentar Catarinense, entre elas a duplicação da rodovia BR-262.

— Se não for possível duplicar a via por inteiro, que ao menos os pontos críticos e os trechos urbanos ganhem novas faixas — afirmou.

O investimento em ferrovias para melhorar o escoamento da produção e o transporte de produtos foi citado pelo senador, que destacou a demarcação de terras indígenas, a internacionalização do Aeroporto de Chapecó, a ampliação da Universidade Federal da Fronteira Sul e a instalação de central de gasoduto.

— São questões essenciais para aquecer a logística e fomentar a produção.



Segundo Casildo Maldaner, pedidos visam fomentar produção do estado

Senado assina convênio que beneficia microempresas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, assinaram ontem um acordo para desenvolver no portal da Rede de Informação Legislativa e Jurídica (também conhecida como LexML) uma ferramenta que permita a indexação de endereços de toda a legislação brasileira sobre micros e pequenas empresas.

A ideia é simplificar o acesso ao conjunto de leis aplicáveis aos pequenos empresários.

— Estamos empenhados em garantir o desenvolvimento econômico que o Brasil precisa. A cooperação é o caminho. Com a organização dessa legislação, estados e municípios poderão se adequar às mudanças em nível federal — afirmou Renan.



Afif Domingos, ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Enquanto sindicalistas apontam necessidade da aposentadoria após 25 anos de trabalho, empresários argumentam que benefício antecipado pesaria nos cofres da Previdência

Aposentadoria especial divide sindicatos e empresas da construção

O APOIO DE sindicatos à aposentadoria especial dos trabalhadores da construção civil foi contraposto por questionamentos sobre os custos para a Previdência Social. O debate se deu ontem em uma audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre projeto de lei que assegura aos trabalhadores da construção a aposentadoria após 25 anos de atividade, desde que tenham atuado em condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física. A proposta é o PLS 228/2011, de Paulo Paim (PT-RS).

Geraldo Ramthun, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná, disse que os operários do setor são submetidos a um trabalho desgastante e sujeitos a elevados riscos físicos, químicos e biológicos e a mais acidentes do que os



Paulo Paim (4º à esq.), autor do projeto que concede o benefício, coordena audiência na Comissão de Assuntos Sociais

demais. Ele minimizou os possíveis custos previdenciários. Para Ramthun, o problema do sistema decorre do pagamento de benefícios que, a seu ver, são indevidos.

— O que onera é filha de militar que não casa nunca e continua recebendo pensão — exemplificou.

Segundo Antonio de Souza Ramalho, presidente do

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo, as contas da Previdência são também impactadas pelo pagamento “por fora” (sem registro na folha de parte do salário), o que disse ser frequente no setor da construção. Em consequência, afirmou, o trabalhador perde dinheiro nas férias, no 13º salário e na aposentadoria.

A seu ver, diante do grau de insalubridade e do risco a que estão expostos os trabalhadores do setor, chega a ser cruel debater a aposentaria especial considerando-se apenas a questão econômica:

— Devemos olhar para o trabalhador que, no labor bruto, com um saco de cimento às costas, realiza o sonho dos que podem ter a casa própria.

País tem dívida com trabalhador, diz sindicalista

Miraldo Vieira da Silva, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário, disse que a construção é estratégica na política de crescimento do país. Apesar disso, assinalou que as condições de trabalho permanecem precárias. Para ele, o país tem uma dívida com os trabalhadores da construção.

O presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), disse que o fundamental é saber se a Previdência pode bancar a aposentadoria especial. Para ele, o ideal teria sido chamar um representante do governo para o debate.

Segundo Paulo Paim, dinheiro não parece ser o problema da Previdência, considerando-se as medidas do governo para desonerar a folha de pagamento de diferentes setores, deixando de arrecadar recursos para a área.

De acordo com empresário, benefício teria alcance pequeno

Luiz Carlos Botelho Ferreira, representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), disse que a proposta, pelas exigências de que o trabalhador tenha exercido as atividades de forma permanente

para obter a aposentadoria especial, atenderá um contingente restrito da categoria. Ele afirmou que a tecnologia vem propiciando mais segurança e menos esforço intensivo nas atividades.

Para Ferreira, o projeto está na contramão da política de

desoneração da folha de pagamento. Ele lembrou que a Previdência vem sendo suprida com recursos do Orçamento diante das dificuldades de fechar as contas, no momento em que as pessoas vivem mais e recebem aposentadorias por mais tempo.

Conforme Luiz Fernando Melo Mendes, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, nos últimos dez anos o país praticamente dobrou o número de trabalhadores e o índice de acidentes caiu de 2% para 1,7%.

Quanto à nova aposentadoria

especial, observou que o sistema previdenciário não tem provisão e que a criação envolverá custos que poderão aumentar a carga tributária.

— É tirar dinheiro do setor produtivo em detrimento de investimentos de longo prazo — apontou.

Paim apoia projeto que destina 10% do Orçamento para a saúde

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem em Plenário a aprovação em regime de urgência do projeto de lei (PLP 321/2013) de iniciativa popular que assegura o repasse de 10% das receitas correntes brutas da União para o Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposta, que recebeu mais de 2,2 milhões de assinaturas de eleitores favoráveis à aprovação, foi elaborada pelo Saúde+10 (Movimento Nacional em

Defesa da Saúde Pública), liderado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Associação Médica Brasileira (AMB) com o apoio de mais 44 entidades.

— Espero e vou me empenhar para que o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública consiga aprovar esse projeto o mais rápido possível. A saúde de nossa gente precisa disso, merece isso, e eu me alio ao movimento em torno dessa proposta — disse Paim.

Vanessa anuncia estudo das leis sobre mudanças climáticas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) informou ontem que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) fez um estudo da legislação brasileira sobre alterações do clima, com apoio das Consultorias Legislativas do Senado e da Câmara.

Segundo a senadora, que é presidente da CMMC, o estudo será lançado no seminário que



a comissão fará dia 17, na Câmara.

Recentemente, lembrou Vanessa, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas divulgou relatório alarmante sobre o aquecimento global.

— Uma forma de preservar o meio ambiente é promover um desenvolvimento sustentável — disse a senadora.

Comissão planeja discutir mineração em terras indígenas

Foi aprovada ontem, pela Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor (CMA), a realização de audiência sobre a exploração de minérios e madeira em terras indígenas, proposta por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Cícero Lucena (PSDB-PB).

Os senadores querem discutir como compatibilizar as atividades econômicas com a qualidade de vida dos índios.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Jovens alunos do 2º grau, um de cada estado, virão em novembro a Brasília, onde terão a experiência de atuar como senadores e ter projetos tramitando no Congresso

Estudantes de escolas públicas são premiados no Concurso de Redação

A ESTUDANTE ALINE da Conceição Andrade, 17 anos, da Escola Estadual Dom Henrique Ruth, em Cruzeiro do Sul (AC), foi a vencedora do 6º Concurso de Redação do Projeto Jovem Senador 2013. O resultado foi anunciado ontem.

A segunda colocada foi Maria Eduarda Nunes da Silva, 17 anos, de Colmeia (TO). Em terceiro lugar, ficou Jhenifer Mezzomo Spagnol, 15 anos, de Matelândia (PR).

Os autores das 27 melhores redações (na foto abaixo, um trecho do texto vencedor), uma de cada estado, serão convidados a vir a Brasília, onde, entre 18 e 22 de novembro, terão a experiência de atuar como senadores da República. Cada um dos selecionados ganhará um computador portátil, um livreto com as redações



Durante a cerimônia, Renan Calheiros (C) reafirmou o desejo de aprovar o transporte gratuito para todos os estudantes

premiadas, certificado e medalha da premiação.

Durante a cerimônia de anúncio do resultado, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que foi o autor da proposta aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte que garante o direito de voto a partir de 16 anos. Ele disse que a juventude é a idade da utopia, que é fonte

de inspiração da atividade política. Renan afirmou que aprovar a tarifa de transporte gratuita para todos os estudantes é uma das prioridades da gestão dele.

— Hoje, no Brasil, 3 milhões e 600 mil estudantes pagam meia-passagem para ir à escola. Estamos buscando uma fonte de financiamento permanente para garantir o transporte

gratuito até a escola — disse.

A secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, destacou o alcance da iniciativa:

— Quero muito, um dia, ver uma lei ser sancionada pelo presidente da República que tenha surgido de um destes jovens, tendo seu projeto aprovado pela Comissão de Direitos Humanos, pelo Senado e pela Câmara — disse. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembrou que 12 projetos de lei e 1 proposta de emenda à Constituição elaboradas no Projeto Jovem Senador de 2012 estão em tramitação. Outras seis aguardam decisão da Comissão de Direitos Humanos.

Para Paulo Davim (PV-RN), presidente da comissão do Jovem Senador, o projeto aproxima o Congresso da juventude:

— Nós aprendemos com estes jovens, estes jovens aprendem com a gente, aprendem com o Senado, descobrem como funciona o Parlamento.

Renan recebe representantes da UNE

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita da presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Virgínia Barros. Acompanhada de outros estudantes, ela pediu a Renan urgência na aprovação do Projeto de Lei 4.571/2008, que regulamenta a meia-entrada. Outro assunto levado pelos estudantes ao presidente do Senado foi a regulamentação do Plano Nacional de Educação (PNE).

A presidente da entidade estudantil reiterou a defesa da destinação de 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação. — Esse recurso vai servir para universalizar o acesso à educação, disse Virgínia.



Virgínia Barros, presidente da UNE, em visita ao Senado

Tema: Buscar voz para ter vez: cidadania, democracia e participação

Modalidade: Dissertação

Rememorei antigos tempos

Na Grécia Antiga, a agora atrai muitos cidadãos dispostos a debaterem e apresentarem melhorias para o bem comum do povo, eles reúnem de suas casas e se reúnem numa sentada de troca de ideias. Apesar do grande distanciamento temporal, o mundo antigo segue ao mundo atual e demonstra, na qual perduramos a saber em sua essência.

Hoje o cidadão subverte os lugares comuns transformando os seus em um palco de participação democrática. Ele quer ser ouvido, sua voz seja ouvida e seu pensamento seja uma democracia mais participativa. Entretanto, nenhum cidadão aceita de noite para o dia. É preciso preparar senão, figurino e falar. Na fase da democracia, ser cidadão não é apenas votar em sociedade, mas sim, fazer valer o estado democrático através da participação efetiva, pois sem esta, aquele não passará de mera ilusão.

Analistas defendem texto original do PNE

O texto do Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012), proveniente da Câmara, piorou nas passagens pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, por isso, a versão dos deputados precisa ser recuperada e melhorada. Essa foi a tônica do debate de ontem na Comissão de Educação (CE), na primeira de uma série de audiências.

Os debatedores apontaram principalmente a necessidade de manter a meta de destinar 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação pública. Também constataram que a União precisa investir mais na educação básica, que hoje está quase toda sob responsabilidade de estados e municípios. Considerando que os recursos não serão suficientes se vierem só dos royalties do petróleo, os debatedores defenderam a taxação de grandes fortunas.

— Os 10% devem ser retirados da receita que a União auferir com uma carga tributária pesadíssima — disse o relator, Alvaro Dias (PSDB-PR).

Para o presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, José Marcelino Rezende Pinto, há uma sobrecarga sobre a esfera de governo mais pobre de todas, o município, pois se espera que ele resolva o problema da educação básica.

Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, lembrou que a Copa do Mundo de 2014 deverá custar R\$ 28 bilhões — mais do que os R\$ 25,2 bilhões suficientes para construir unidades escolares para todos os 3,7 milhões de brasileiros de 4 a 17 anos que estão fora da escola.

Priscila Cruz, diretora-executiva do movimento Todos Pela Educação, afirmou que

o PNE deve trazer estratégias para o aprendizado da matemática, considerado o maior problema no sistema escolar brasileiro. Para ela, os royalties devem ser direcionados à remuneração dos professores.

O chefe de gabinete da presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Sergei Suarez, disse não acreditar que a federalização total da educação seja possível, mas crê numa transição, com recursos outorgados pelo governo federal, desde que se cumpram as metas mínimas estabelecidas pela União.

O presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), e Wellington Dias (PT-PI) defenderam a aprovação de uma lei de responsabilidade educacional, com criminalização de quem desvia recursos. Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que o PNE é a proposta mais importante em tramitação no Congresso.

Cyro culpa governos do PT pelo crescimento do analfabetismo

Cyro Miranda (PSDB-GO) atribuiu aos governos do PT, na última década, o aumento do número de analfabetos. Ele citou a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que revelou 13,2 milhões de analfabetos com mais de 15 anos.

Em um ano, o número aumentou em 300 mil. O senador mencionou o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que reprovou 30% dos cursos de nível superior avaliados pelo Ministério da Educação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Armando Monteiro propõe homenagem a Dominginhos

Armando Monteiro (PTB-PE) anunciou, em discurso ontem, que apresentou um projeto de lei (PLS 409/2013) para dar o nome de Rodovia Mestre Dominginhos ao trecho da BR-423 entre os municípios pernambucanos de

São Caetano e Garanhuns. Armando disse que Dominginhos combinava grande talento artístico com rara dimensão humana. O senador observou que o cantor nunca abandonou a simplicidade e a identificação com o povo nordestino.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aprovado retorno ao antigo fuso horário do Acre

Fuso horário do estado e da região ocidental do Amazonas mudou em 2008, mas, em referendo em 2010, maioria da população pediu a volta do antigo fuso, de menos duas horas em relação a Brasília

O PLENÁRIO APROVOU ontem, em votação simbólica, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 43/2013, que restabelece o fuso horário do estado do Acre e da parte ocidental do Amazonas para duas horas a menos em relação ao horário de Brasília. A proposta, de autoria do Poder Executivo, foi aprovada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores e

Defesa Nacional (CRE), tendo como relatores os senadores Anibal Diniz (PT-AC) e Sérgio Petecão (PSD-AC), respectivamente. O projeto segue agora para a sanção presidencial.

Os fusos dessas duas regiões haviam sido alterados em 2008, pela Lei 11.662, que reduziu de duas para uma hora a diferença em relação a Brasília, sob o argumento de que a população

local sofria prejuízos econômicos, sociais e culturais, principalmente na vigência do horário de verão, quando a diferença passava a ser de três horas.

Entretanto, em 2010, no segundo turno da eleição presidencial, foi realizado um referendo sobre o tema junto à população do Acre. Manifestaram-se a favor do retorno à hora antiga 39,2% dos eleitores, enquanto 29,7% votaram pela manutenção da diferença de apenas uma hora.

Petecão lembrou que o Congresso aprovara anteriormente a alteração do fuso horário, mas, por incluir o estado do Pará, a proposta foi vetada pela presidente Dilma. A presidente, no entanto, encaminhou em seguida o projeto agora aprovado. A proposição, enfatizou o relator na CRE, apenas cumpre o que foi definido no referendo.



Sérgio Petecão relatou o retorno do fuso na Comissão de Relações Exteriores

Maioria aponta desrespeito ao Brasil em episódio de espionagem

O Brasil foi desrespeitado no episódio das ações de espionagem dos Estados Unidos, reveladas pelo ex-funcionário da Agência Norte-Americana de Inteligência Edward Snowden. Essa é a opinião de 87,8% dos entrevistados em pesquisa do DataSenado. Foram ouvidas 811 pessoas distribuídas entre todas as unidades da Federação, entre 18 e 30 de setembro.

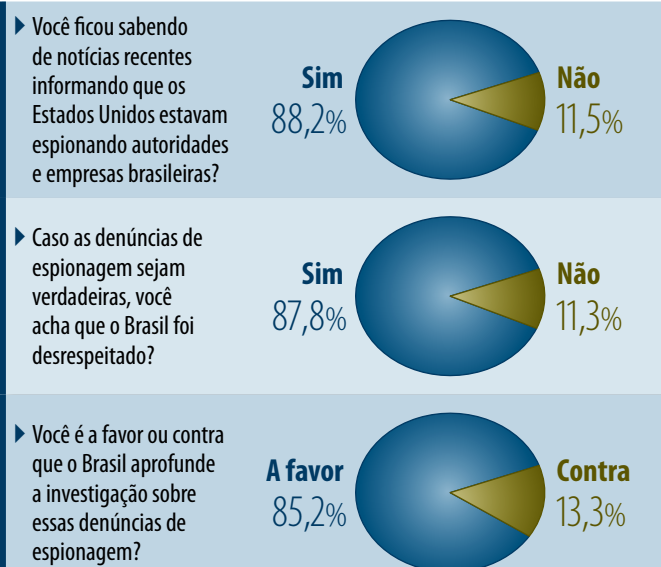
As denúncias de espionagem motivaram a criação de comissão parlamentar de inquérito. A CPI deverá ouvir hoje o jornalista Glenn Greenwald, autor da primeira reportagem sobre o caso, e o companheiro dele, David

Miranda.

Os senadores deverão solicitar detalhes do constrangimento sofrido por Miranda, que foi detido no aeroporto de Heathrow, em Londres, em 18 de agosto, quando embarcava para o Brasil. Lá, ele foi interrogado por nove horas. As autoridades britânicas confiscaram o telefone dele e os equipamentos de informática que trazia.

A presidente da CPI, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), não descartou a hipótese de integrantes da comissão irem à Rússia ouvir Snowden. A ida dos senadores depende de liberação das autoridades russas.

Denúncias de espionagem



Fonte: DataSenado

Militares alegam falta de verba para projetos de tecnologia

A falta de recursos para o desenvolvimento de tecnologias nas Forças Armadas é o que mais dificulta o progresso do setor. Essa foi a conclusão de participantes de debate realizado ontem sobre a pesquisa e os investimentos nos centros de tecnologia das Forças Armadas, em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

De acordo com o brigadeiro Wander Golfetto, do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da Força Aérea, o Brasil investe apenas 0,004% do PIB na área espacial. Ele mostrou que projetos da Aeronáutica para os anos de 2012 a 2016 precisariam de R\$ 195 milhões, mas só receberam do Orçamento R\$ 34 milhões.

Walter Pinheiro (PT-BA) disse que o orçamento para as Forças Armadas deve ser prioridade. Para ele, além dos recursos, é necessária uma sinergia entre as três Forças para que a tecnologia desenvolvida sirva não apenas para o setor militar, mas também para outros campos da ciência que podem ajudar a sociedade:

— Sem sinergia e recursos, é difícil fazer avanços nas áreas de ciência e tecnologia, em benefício também de serviços como a saúde.

De acordo com o diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial do Ministério da Defesa, vice-almirante Wagner Zamith, a pasta tem a função de apoiar os projetos ligados à ciência e à tecnologia das Forças Armadas.



Entre representantes das Forças Armadas, Zeze Perrella conduz a audiência



Taques terá 90 dias para apresentar propostas para a segurança pública

Unificação de polícias será gradual e pode levar anos, diz Taques

O senador Pedro Taques (PDT-MT) deverá elaborar, em 90 dias, proposta de medidas coordenadas para solucionar os principais problemas de segurança pública. Relator da recém-criada comissão especial dedicada a estudar saídas para o aumento da criminalidade e da violência, o parlamentar disse que não quer só debate, mas sim concretizar o que for discutido no Senado. Entre as questões mais sensíveis, está a reorganização das polícias militar e civil, que provavelmente terão de ser unificadas.

— Apesar do trabalho importante que a polícia realiza, temos de reconhecer que algo está errado. Teremos de fazer uma transição, talvez de cinco a dez anos. Os direitos adquiridos dos policiais atualmente em atividade serão respeitados.

O relator apresenta hoje o plano de trabalho à comissão, presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB).



Volumes com assinaturas colhidas pelo Movimento das Vítimas de Violência

Abaixo-assinado pede penas mais duras no Código Penal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem 110 mil assinaturas pedindo a inclusão de reivindicações da sociedade no projeto de reforma do Código Penal. A comissão especial que trata do assunto vai finalizar os trabalhos no dia 18.

Entre as mudanças solicitadas, está o aumento das penas mínima (de 6 para 10 anos de prisão) e máxima (de 30 para 50 anos) para os crimes contra a vida

e um tempo maior para a progressão da pena (passagem do regime fechado para o semiaberto e para o aberto).

O maior número de assinaturas foi do estado de São Paulo, seguido de Mato Grosso do Sul e da Paraíba.

O abaixo-assinado foi organizado pela União em Defesa das Vítimas da Violência e faz parte da Campanha Nacional pelo Fim da Impunidade, por um Código Penal que Garanta Justiça.